

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo Class.: 34

Data: 21.10.79 Pg.: _____

Índios ameaçados em Santa Catarina

ELAINE BORGES

A construção de uma barragem para contenção das cheias em Ibirama, em Santa Catarina vem causando uma série de atritos entre os índios do posto indígena Duque de Caxias e as autoridades locais, a ponto de, no início do mês, vários índios terem depredado uma igreja da Assembléia de Deus no posto. Além disso, cerca de 45 famílias indígenas ameaçam deixar suas terras porque "não suportam mais as anarquias praticadas por elementos da Funai", como denuncia Lino Nunfôro, líder do grupo.

Os atritos começaram quando o DNOS anunciou que a barragem causaria inundação nas terras onde fica o posto indígena, o que obrigará a retirada das 600 famílias de xokleng, kaingang e guaranis que vivem ali. Segundo informações do diretor da 11ª diretoria regional do DNOS em Santa Catarina, Aurélio Carlos Remor, com a construção da barragem será criado um lago artificial que inundará as terras indígenas, numa extensão ainda não definida de cerca de 800 hectares.

Vários deputados de Santa Catarina formaram uma Comissão Parlamentar Externa para averiguar o que vem ocorrendo em Ibirama, mas até o momento não conseguiram visitar o posto indígena. Os índios, na verdade, já entraram em contato com os deputados, mas ultimamente vêm demonstrando

desconfiança com seus trabalhos porque, segundo Lino Nunfôro, a depredação da Igreja e outras ocorrências foram levadas ao conhecimento de uns membros da Comissão que prometeram visitar a reserva, o que até o momento não ocorreu, "ficando assim uma desconfiança entre a comunidade, tornando cada vez mais difícil a situação".

Na opinião do antropólogo Silvio Coelho dos Santos, da Universidade Federal de Santa Catarina, "a situação no posto é extremamente tensa devido a vários motivos, entre eles destacando-se a construção da barragem de contenção das cheias por parte do DNOS e, por outra parte, a tradicional inoperância da Funai para, em tempo, deflagrar ações compatíveis com a gravidade da situação".

A reserva indígena de Ibirama tem 1.415 quilômetros quadrados, tendo sido criada em 1926, pelo governo de Santa Catarina para uso exclusivo da tribo xokleng, mas hoje lá vivem também índios guaranis, kaingangs e vários mestiços. Em 1956, após entendimentos entre o Serviço de Proteção aos Índios e o governo do estado, foi expedido título definitivo, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Ibirama, em nome dos índios, cabendo a administração ao SPI, hoje Funai, devido ao regime de tutela a que estão sujeitos os índios no Brasil.

"Toda a sociedade é responsável"

O antropólogo Silvio Coelho dos Santos considera toda a comunidade responsável pelo problema indígena, em particular os índios de Ibirama e afirma que o mais importante, agora, é definir a área exata que será inundada e as providências que a Funai tem que tomar para defender os interesses dos índios.

"Não cabe aqui tratar dos múltiplos assaltos que foram promovidos por terceiros ao patrimônio da reserva de Ibirama, rico em madeira, acobertados por atos administrativos do órgão tutor. Não cabe também abordar os mil desmandos administrativos do pessoal atuante no posto, responsáveis por mortes de índios, deportação para outros postos, prisões ilegais, fome, humilhações, filhos espúrios, enfim, toda sorte de sofrimento a que se pode submeter um grupo humano. Não cabe também identificar exclusivamente um agente responsável, pois que a sociedade brasileira como um todo tem responsabilidade nesse processo de dominação".

O antropólogo propõe a formação de uma comissão de alto nível para estudar o problema e encontrar soluções:

"Os índios do posto de Ibirama têm direitos inalienáveis, segundo os dispositivos legais em vigor, sobre as terras que ocupam. Qualquer projeto de interesse da sociedade brasileira que envolva essas terras, antes de tudo necessita considerar as aspirações internas dos membros da sociedade indígena. Aspirações explicitadas livremente, envolvendo as reais lideranças indígenas. Nada disto poderá ser alcançado enquanto o órgão tutor, pretendendo validar práticas indigenistas que levam à dominação e ao arbítrio, assalaria os integrantes do conselho indígena,

que na verdade se afirma como polícia indígena, destinada a validar as práticas administrativas do chefe do posto".

Segundo ele, até agora as decisões foram tomadas unilateralmente pelo DNOS e aceitas pela Funai, "ambos órgãos de um mesmo Ministério que pretende, paradoxalmente, o desenvolvimento do interior brasileiro".

Lino Nunfôro, líder dos índios, em cartas enviadas ao antropólogo, demonstra sua decepção com as autoridades da Funai e, na última, comunica que decidiu sair do posto, resultado do que Silvio Coelho dos Santos interpreta como "ameaças mais do que evidentes", porque Nunfôro e outros índios se opõem à chefia do posto e à delegacia da Funai, com sede em Curitiba.

Para o diretor do DNOS em Florianópolis, Aurélio Carlos Remor, a solução é desapropriar uma área de 800 hectares na margem esquerda do rio Hercílio, onde será construída a barragem, e entregá-la aos índios, em troca das terras que serão inundadas. "Esta seria a solução ideal para resolver o problema sem criar traumas e dificuldades maiores, tendo em vista que o índio é um homem de sensibilidade muito grande e cultura completamente diferente, e a agressividade do homem branco em seu desenvolvimento talvez pudesse prejudicá-lo".



Foto Elaine Borges

Em Ibirama vivem 600 famílias indígenas